

JUVENTUDE E TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ESTIMULO AO PRIMEIRO EMPREGO PARA OS JOVENS-PNPE- NA CIDADE DE SOUSA -PB

Sheylla Maria Mendes¹

RESUMO: A situação da juventude está sendo analisada por diversos pesquisadores que vem se pronunciando sobre a sociedade contemporânea. Nesses debates é comum reflexões em torno das transformações culturais que afetaram os modos de viver e de se perceber os jovens na modernidade, dos desafios enfrentados e da importância das políticas públicas para esse grupo etário. O presente artigo tem como objetivo analisar a extensão do impacto do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os Jovens- PNPE na cidade de Sousa, estado da Paraíba. Para isso foram realizadas análises documentais emitidos pelo Ministério do Trabalho, assim como estudos bibliográficos que abordavam os fatores que levaram a substituição desse programa pelo Projovem. Os dados obtidos revelaram que os principais fatores que dificultaram a adesão das empresas a esse programa foi a pouca divulgação do Ministério do Trabalho, o abuso de algumas empresas em atuarem substituindo a mão de obra adulta e qualificada pela mão de obra juvenil e o fato dele ser considerado um programa pouco impactante sobretudo por demandar uma grande quantidade de dinheiro público para uma diminuição quase imperceptível do índice de desemprego juvenil que continua presente no contexto brasileiro inclusive nas cidades nordestinas.

PALAVRAS- CHAVE: Juventude, políticas públicas, desenvolvimento

ABSTRACT: The situation of the youth has been analyzed by many researchers who have been discussing about present-day society. It is common on these debates, reflections around the cultural transformations which affect ways of living and the perception of the modern youngsters, the challenges faced and the importance of public policies to this age group. The present work has as its objective to analyze the range of the influence of the National Program for First Job Motivation to Young People – PNPE in the city of Souza, in the state of Paraíba. Documental analyses were made issued by the Ministry of Labour, as well as bibliographic studies which approached the reasons that will lead to the substitution of this program by Projovem. The data obtained revealed that the main factors that hampered the companies' adhesion to this program were the lack of publicity by the Ministry of Labour, the abuse by some companies which changed their adult co-workers for young ones and the fact of being considered a program with minor importance, mainly for requiring a large amount of public money to promote an almost imperceptible decrease in the number of the unemployed younglings that remains present in the Brazilian context, including northeastern cities.

KEYWORDS: Youth, public policy, development

¹ Socióloga, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, PB e nos cursos de Direito e Psicologia das Faculdades Integradas de Patos, PB. Email: sheylla.mendes@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A condição juvenil na sociedade contemporânea vem sendo analisada por diversos pesquisadores e instituições sociais. Nesses estudos é muito comum serem evidenciadas preocupações com as dificuldades enfrentadas por muitos deles sobretudo aquelas relacionadas ao seu envolvimento com as drogas e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Essas discussões efetivadas por sociólogos assim como por outros pesquisadores das demais áreas do conhecimento revelam o quanto muitos vivem em situações precárias, representando por isso um grupo etário que sofre com a não efetividade dos seus direitos fundamentais, muitas vezes negados desde os primeiros anos de vida.

Por viverem muitas vezes sob condições precárias algumas medidas vem sendo implementadas pelos estados e municípios, principalmente nos países subdesenvolvidos no intuito de minimizar as dificuldades enfrentadas por muitos deles.

O principal objetivo dessa pesquisa é apresentar o impacto do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os Jovens na cidade de Sousa, estado da Paraíba destacando sobretudo os benefícios propiciados as empresas que aderiram ao PNPE durante no seu período de execução, e os fatores que impediram a sua permanência no país.

Com esse propósito esse artigo está estruturado da seguinte forma: Inicialmente será enfatizada os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Posteriormente a essa discussão será abordada a fundamentação teórica. Nele objetivamos enfatizar aspectos importantes no debate em torno da juventude, assim como algumas das características que vêm marcando o contexto social em que a maioria dos jovens brasileiros, e, principalmente, os de origem popular, estão envolvidos. Para isso, as contribuições teóricas de alguns pesquisadores como Oliveira (2001), Spagnol (1989) Soares (1989) , Pinheiro (1988), Adorno (2000), se mostram de fundamental relevância.

No tópico destinado as discussões e resultados serão enfatizados os dados que evidenciam os impactos do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os jovens na cidade de Sousa, Estado da Paraíba assim como os fatores que contribuíram para a substituição desse programa pelo Projovem.

Por último, faremos as considerações finais e apresentaremos as referências bibliográficas.

METODOLOGIA

No intuito de se obter dados sobre o impacto do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os Jovens- PNPE, na cidade de Sousa, estado da Paraíba diversos procedimentos foram adotados. Nesse sentido após aprofundamento teórico buscamos dados junto ao Ministério do Trabalho da cidade de Sousa- PB sobretudo para conhecermos a situação das empresas que aderiram ao programa na região.

Além desses procedimentos, metodologicamente foram efetivadas análises documentais e pesquisas bibliográficas a partir de artigos científicos de pesquisadores como: Sampaio e França(2009); Ribeiro e Juliano(2012); e Andrade (2012). Esses estudos bibliográficos foram importantes sobretudo por enfatizarem os benefícios que esse programa fornecia as empresas durante o seu período de existência assim como alguns dos fatores que determinaram a sua descontinuidade substituição pelo Projovem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diversos pesquisadores que vêm se pronunciando sobre a contemporaneidade enfatizam o quanto as transformações sociais econômicas e culturais afetam diretamente a vida das crianças, adolescentes e jovens.

Ao analisar algumas das transformações sociais e culturais que emergiram ao longo do século XX, o historiador Hobsbawn(1995) faz referência a diversos fenômenos ocorridos nesse contexto, inclusive a velocidade das mudanças ocorridas na sociedade e que afetaram diretamente os hábitos familiares e o comportamento da juventude. A título de exemplo, cita o crescimento nos números dos divórcios, a redução do número de filhos nas famílias, a maior aceitabilidade da bissexualidade, o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, o crescimento do número de mães solteiras; demonstrando, sobretudo, o quanto essas transformações abalaram as estruturas de relações entre os sexos e as gerações.

Entretanto, Hobsbawn(1995) enfatiza que essas mudanças foram ainda mais impressionantes no campo da cultura jovem, onde a juventude, a partir de algumas transformações, passou a comportar-se demonstrando uma grande rejeição em relação aos valores e às regras estabelecidas pelas gerações passadas, ocasionando com isso uma profunda mudança na relação entre as gerações.

Dessa forma, os comportamentos até então considerados inaceitáveis ou desviantes, como o uso das drogas e a liberação sexual, a título de exemplos, sem dúvida aumentaram a sua visibilidade e passaram a ser mais aceitos socialmente. Além disso, destaca-se, naquele contexto, o quanto alguns jovens provenientes das classes, média e alta começaram a aceitar as músicas, as roupas e até a linguagem característica das classes baixas urbanas; e o quanto as músicas direcionadas aos negros passaram também a ser aceitas pelos jovens de cor branca.

Diante desse novo cenário, os jovens foram adquirindo, cada vez mais, maior autonomia, especialmente nas grandes metrópoles industriais, onde passaram a ser reconhecidos enquanto grupo portador de um querer próprio e respeitados nos mais distintos aspectos da vida pessoal (escolha profissional, vestuário, consumo, lazer e atividade sexual).

A partir dessas e de outras mudanças, Hobsbawn (1995) ressalta que, com a dissolução dos valores sociais tradicionais, a sociedade se fragmentou; e a atuação dos jovens resultou num incremento do individualismo a ponto de considerar a revolução cultural de fins do século XX como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, sobretudo por ela ter ocasionado um rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais.

Dessa forma, as transformações sociais e culturais que emergiram com o desenvolvimento da modernidade foram capazes de impulsionar o surgimento, a aceitação e a visibilidade dos novos hábitos e comportamentos característicos dos grupos juvenis que emergiram nesse contexto.

Alba Zaluar, apud Carmo (2001), demonstra que eles, a partir da observação da vida dos pais, das gerações passadas ou das suas próprias experiências, vêm criando uma imagem depreciativa em relação à condição do trabalho que executam na sociedade. Por considerá-lo uma situação de semi-escavidão, esses jovens tentam escapar da marca de “otário” (alguém a quem falta esperteza, alguém que se submete ao trabalho por salário baixo e alguém que não se veste nem consome como os ricos). Por isso, rejeitam o modo de vida dos pais e dos avós e ficam tentados com a idéia de levar uma vida que, mesmo breve, seja intensa e com muitas gratificações. É também por conta dessa atuação e dos valores difundidos na sociedade atual que vivem atribuindo muita importância às roupas, aos bailes e às brigas entre as “galeras”.

É por terem passado a ser percebidos como fonte de diversos conflitos que a juventude se consolidou na modernidade como grupo etário objeto de estudo, analisado

não somente no Brasil, mas em diversos países do mundo. Especificamente no Brasil, além do debate público, diversos estudos vêm sendo realizados por pesquisadores. E entre os temas mais presentes nessas discussões, está o envolvimento da juventude com a problemática da violência, seja enquanto vítima, seja enquanto praticante.

Entre os diversos enfoques efetivados sobre esse fenômeno, alguns, como os realizados por Adorno (1999), preocupam-se em estudar o efetivo número de registros de ocorrências criminais provocadas ou sofridas pelos jovens. No geral, esse estudo objetiva responder as seguintes questões: As ocorrências criminais que têm os jovens como vítimas ou autores vêm crescendo? Qual o perfil desses jovens em relação a cor, sexo, idade, escolaridade e ocupação?

Por outro lado, os estudos realizados por Spagnol (2005) buscam compreender as questões relativas ao comportamento dos jovens, esclarecendo a sua participação na prática de homicídios – ao envolvimento dos jovens pertencentes às classes média e alta nesses casos – assim como o seu envolvimento com as chamadas gangues²

Outros estudos, como os realizados por Soares (2005) vêm analisando o fenômeno da violência praticada pelos jovens, identificando os fatores que impulsiona a juventude a se envolver nesses casos e apontando que a formulação de programas e planos de ação direcionados aos jovens pode ser a melhor solução para ajudá-los no seu processo de recuperação e reinserção social.

É também no intuito de analisar a situação vivenciada pelos jovens na contemporaneidade brasileira que Oliveira (2001), por exemplo, analisa os dados referentes à demografia brasileira na virada do século. Demonstra ela que os números referentes àquele contexto apontavam um crescimento considerável nos índices da população considerada jovem. A partir desses dados, mostra que entramos nesse novo século com a maior população juvenil da história demográfica brasileira, com os jovens representando aproximadamente 20% de toda a população.

O crescimento excepcional do número de jovens de 15 a 24 anos, nesse período, mostrou-se significativo nas análises sobre a juventude, sobretudo por esse

² Segundo Spagnol (2005), no Brasil, o termo *gangue* é utilizado de forma aleatória, principalmente pela mídia, que costuma utilizar esse termo para definir qualquer grupo de jovens que pratique diferentes atos infracionais, bastando que no momento da detenção estejam presentes mais de três jovens, mesmo que apenas suspeitos de um determinado ato infracional. Além do termo *gangue*, percebe outros termos que são utilizados nas abordagens de delinquência juvenil. Refere-se aos termos *bando* e *quadrilha*. O termo *bando* é geralmente empregado para designar um grupo de delinquentes organizado para um objetivo comum e imediato, seguido do desmantelamento do grupo. Já *quadrilha* refere-se a grupos formados por pelo menos quatro elementos que realizam ações semelhantes às do bando, mas não há necessariamente o desmantelamento do grupo.

fenômeno ter colocado os jovens à frente de uma série de fenômenos novos, como: escolarização precoce; inserção precoce no mercado de trabalho; constituição precoce de famílias; fatores que inclusive propiciaram novos desafios, principalmente para as políticas sociais e para o aumento de problemas como a criminalidade e o uso de drogas.

Considera interessante ressaltar que a maioria desses jovens são pessoas que possuem baixa renda, provenientes das famílias consideradas miseráveis, despossuídas ou pobres. Esse fator pode ser explicado, principalmente, pelo fato de a taxa de fecundidade, nesses segmentos, ser bem superior à das famílias consideradas economicamente mais privilegiadas. Observa também que no mínimo um terço deste total de jovens está concentrado em áreas mais carentes de equipamentos – como é o caso de algumas cidades nordestinas ou de municípios pequenos localizados em outras regiões do país, que sofrem com as poucas alternativas de desenvolvimento econômico, que ficam de fora dos programas nacionais da área social ou que são alvo apenas de medidas paliativas.

Um outro tipo de dificuldade enfrentada pela maioria dos jovens brasileiros que vivem nesse contexto está na sua formação escolar, que ainda é realizada de forma precária. Certa parcela de jovens provenientes principalmente dos bairros periféricos do Brasil vem enfrentando obstáculos, tais como: a fome; a falta de recursos financeiros para a aquisição de material escolar; a falta de local apropriado para estudar em casa; a dificuldade de conciliar o tempo de trabalho ou de cuidar da casa e dos irmãos com os estudos, etc.

Por outro lado, a precariedade presente no sistema educacional brasileiro também pode ser apontada enquanto um dos fatores que vem levando os jovens de origem popular a se sentirem pouco mobilizados em relação à escola – um lugar de onde se evade muito cedo e que, na maioria das vezes, serve apenas para preencher o tempo ou cumprir os ritos sociais presentes nessa faixa etária.

Outros fatores ainda são encontrados na realidade educacional e que acabam provocando falta de estímulo nos jovens durante o processo educacional: Trata-se da desmotivação dos professores, que, na maioria das vezes, possuem salários achatados e não contam com investimentos suficientes na infra-estrutura escolar, que lhes possibilitem executar o seu trabalho em sala de aula

É o fato de a maioria dos jovens brasileiros, principalmente os de origem popular, viver sob esse contexto e enfrentar esses tipos de dificuldades, que o comportamento da juventude moderna vem sendo objeto de reflexões contínuas; tanto

no debate público quanto no nível acadêmico e na mídia, um dos temas mais presentes enfocados nesse debate é o envolvimento dos jovens com a problemática social da violência, quer enquanto vítimas, quer como seus praticantes.

De fato, as ocorrências de violência constituem-se, na atualidade, uma das principais preocupações entre os mais urgentes problemas sociais enfrentados pela população brasileira, sobretudo por muitas pessoas terem sofrido algum tipo de ofensa criminal, especialmente assaltos e roubos. Nesses acontecimentos, com bastante frequência, não são raros os casos onde os jovens são apontados enquanto os praticantes. A própria literatura, tanto nacional como internacional, também vem evidenciando esse fenômeno, demonstrando dados em relação ao envolvimento dos jovens no mundo do crime. Mas esses mesmos estudos também não deixam de apontar o quanto vem crescendo o número de vítimas desse grupo etário.

Sergio Adorno (1999), ao analisar o envolvimento dos jovens praticantes de violência no período de 1988 a 1991, no município de São Paulo, indica que eles não são nem mais nem menos violentos que os demais grupos etários da população. Em outras palavras, o envolvimento dos jovens com os fenômenos genericamente identificados como violentos, obedecia naquele momento ao mesmo padrão observado na população em geral.

Entretanto, diante das recentes mudanças ocorridas nos hábitos dos jovens, principalmente no que se refere ao consumo e ao tráfico de drogas, chega a ressaltar que esses dados vêm se alterando de forma significativa; e o resultado está na realidade que vivenciamos hoje; onde o crescimento acentuado das ocorrências de violência praticada pelos jovens se torna um fenômeno indiscutível.

É a partir dessa perspectiva de análise que o envolvimento da juventude com as manifestações de violência é vista por Adorno (2000) de forma diferenciada em relação aos estudos anteriormente realizados, por considerar, atualmente, esse problema como uma das questões mais trágicas do nosso cotidiano – principalmente por os atuais índices de criminalidade revelarem que uma parte considerável dos envolvidos nesses casos são os jovens, como vítimas ou como autores da violência.

Ao realizar uma comparação entre as estatísticas das participações dos jovens como agressores, e deles enquanto vítimas, Adorno (2000) ressalta que os jovens estão cometendo roubos, estupros, homicídios, mas numa proporção muito menor do que a da população em geral. Por outro lado, ressalta que a situação dos jovens enquanto vítimas é bastante grave, pois representam potencialmente as principais vítimas.

É diante desse novo cenário que Soares (2005) apresenta dados que evidenciam uma realidade contrária àquela evidenciada por Oliveira (2001). Por isso, contrariamente à percepção de vivermos, no momento da virada do século, numa “onda jovem” caracterizada sobretudo pelo crescimento desse grupo etário, o que Soares (2005) demonstra a partir de dados mais recentes é que o problema do envolvimento dos jovens, incluindo principalmente os pobres, negros e do sexo masculino com a problemática social da violência, já é considerado tão grave que atualmente pode ser constatada a existência de um déficit desses jovens na estrutura demográfica brasileira. Esse déficit é semelhante ao existente nas sociedades que estão em guerra.

Essa realidade também é enfatizada nos estudos realizados por Spagnol (2005), que, ao analisar o envolvimento dos jovens com a criminalidade, ressalta que a principal causa da mortalidade entre os jovens de 15 a 18 anos é o homicídio. Além disso, demonstra que, segundo a Polícia militar do Estado de São Paulo, o número de jovens que morrem assassinados no Brasil é quase sete vezes maior do que o número de vítimas de homicídios na população geral.

Especificamente no contexto brasileiro algumas medidas importantes foram implementadas para garantir a efetividade dos direitos das crianças e adolescentes e minimizar o sofrimento enfrentado por eles. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) criado no dia 13 de julho de 1990 foi uma delas. Assim através da institucionalização desse estatuto os conselhos tutelares da infância e juventude assumiram uma importante função na medida que passaram a atuar zelando pelo cumprimento dos direitos da infância e juventude, inclusive daquelas consideradas vítimas da violência.

De acordo com Ribeiro(1998) os direitos fundamentais da criança e do adolescente a serem protegidos pelo conselho tutelar estão os seguintes: direito à vida e à saúde (art. 7 ao 14), à liberdade, ao respeito e à dignidade (art. 15 ao 17), à convivência familiar e comunitária (art 19 ao 52), à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (art. 53 ao 59) e direito à profissionalização e à proteção no trabalho (art. 60 ao 69) (ESTATUTO..., 1990)

Além da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil é possível ainda fazer referência a outros procedimentos adotados não somente no Brasil mas em outras nações. A título de exemplo destacamos a Agenda 21.

Esse documento elaborado na Rio 92 destaca o quanto a juventude exerce um papel fundamental atualmente, sobretudo por ser encarado enquanto um grupo etário

fundamental para promover o desenvolvimento econômico e social das nações. De acordo com a agenda: “Cada país deve adotar iniciativas destinadas a reduzir as atuais taxas de desemprego dos jovens, sobretudo onde elas sejam desproporcionalmente altas em comparação com a taxa geral de desemprego. (AGENDA 21)

No contexto brasileiro evidenciamos nos últimos anos algumas políticas públicas implementadas para minimizar os problemas que atingem os jovens tais como: O programa Brasil Alfabetizado³, O Projovem⁴ e o PNPE

Diversos estudos vêm enfatizando a importância dessas políticas públicas assim como defendendo a criação de outras para garantir a efetividade dos direitos dos jovens, no entanto poucas vem revelando a sua eficácia em regiões marcadas pelo desemprego, analfabetismo e precariedade como as cidades localizadas no sertão do Estado da Paraíba.

Diante da escassez de estudos que sobre o impacto PNPE, nas cidades nordestinas, buscaremos com a partir do próximo tópico analisar o impacto desse programa numa região marcada pelo desemprego, onde muitos jovens escolarizados, historicamente continuam sendo levados a construir formas de sobrevivência em espaços distantes do seus lugares de origem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As reflexões sobre a condição dos jovens no contexto brasileiro evidenciam que esse grupo etário assim como em muitos contextos continuam enfrentando muitas dificuldades. A título de exemplo destaca-se a dificuldade de acesso ao primeiro emprego, decorrente sobretudo de muitos não terem concluído o ensino básico,

³ Esse programa objetiva ensinar ler e escrever os jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar, diminuindo dessa forma o índice de analfabetismo. De acordo com os dados disponibilizados pelo Governo do Estado, o programa Brasil Alfabetizado foi implementado no ano de 2003, primeiramente no Estado da Paraíba. Atualmente, ele atua nos 223 municípios do Estado através da parceria entre os Governos Estadual, Federal, Ong's e a maioria das prefeituras. Representa uma porta para a cidadania, articulada diretamente com o aumento da escolarização de jovens e adultos, e promovendo o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida. Através de convênio com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, os alunos assistem a aulas em vários pontos de apoio, como Associações Comunitárias, paróquias e até na própria casa do professor, dependendo da necessidade e das características de cada localidade

⁴ O programa Pró-jovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) é de iniciativa do Governo Federal em parceria com os governos estaduais e municipais. Vem sendo implementados em alguns Estados brasileiros, inclusive na Paraíba, com o objetivo de propiciar a inclusão social da população jovem que vive nesse contexto. A iniciativa surge a partir da necessidade de prevenção de uma série de problemas enfrentados por muitos jovens que vivem nesse contexto, tais como: dificuldades para encontrarem o primeiro emprego, falta de estruturas familiar e financeira, problemas de gravidez precoce, muitas vezes em idade inferior aos 18 anos, consumo de drogas e álcool além do envolvimento com a violência.

experiências e qualificação comprovada em alguma área de trabalho. Observa-se também que muitos jovens principalmente os provenientes dos bairros periféricos apresentam ainda outras dificuldades, sobretudo por muitos não terem acesso a um ensino de qualidade, motivação familiar no processo de acompanhamento nos estudos e na maioria das vezes a necessidade de buscar mecanismos capazes de possibilitarem uma complementação na renda familiar. De fato, todos esses fatores, acabam dificultando o acesso desses sujeitos aos seus direitos fundamentais garantidos pela constituição federal assim como pelo ECA(Estatuto da Criança e do Adolescente).

Mediante esse quadro de precariedade enfrentada por esse grupo etário o Governo Federal através do Ministério do Trabalho e do Emprego, criou no ano de 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Tratava-se de um investimento público que atuava em parceria com as empresas privadas que tinha como principal objetivo gerar oportunidades de trabalho aos jovens, visando amenizar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho especialmente para aqueles de baixa renda, pouca escolaridade e com idade entre 16 e 24 anos.

Nesse sentido, esse programa tinha como objetivo a inserção dos jovens no mercado de trabalho, estimulando os empresários a abertura de novas vagas destinadas aos jovens do programa. Em contrapartida o governo propiciava alguns benefícios as empresas que aderiam a esse programa. Entre esses benefícios destaca-se os depósitos bimensais no valor de R\$250 por um ano por cada jovem contratado pela empresa. No caso das empresas que não optassem por esse depósito, o governo atuava fornecendo o selo de responsabilidade social. Nesse sentido cabia as empresas decidirem sobre o benefício que considerasse mais adequado a sua realidade. Nesse sentido os pesquisadores que analisam a proposta desse programa enfatizam que:

O objetivo do PNPE era o de contribuir para a geração de oportunidades de trabalho para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude(SAMPAIO e FRANÇA: 2009, pg 12)

Conforme destacado pelo IBGE assim como evidenciado por diversos pesquisadores é mediante esse contexto marcado pela existência de um mercado de trabalho altamente competitivo e exigente em relação à escolaridade e qualificação da mão de obra que surge o PNPE. A expectativa era que ele possibilitasse uma formação social, profissionalizante, de inclusão social e digital, desenvolvendo sobretudo os valores humanos. Ele ainda buscava possibilitar uma melhoria na qualidade de vida,

estimulando o desenvolvimento intelectual desses sujeitos que muitas vezes tem os seus direitos de cidadania negados desde os primeiros anos de vida.

Os estudos revelam que os jovens que possuíssem o perfil de enquadramento no programa deveriam dirigir-se as Delegacias Regionais de Trabalho ou ao SINE, para desta forma efetuar um cadastro. A expectativa era de que os jovens em situação mais acentuada de pobreza transformassem suas expectativas em possibilidades melhores de um futuro decente, através do acesso e sustentação do mesmo no mercado de trabalho.

A fim de combater a necessidade de formas de socialização alheias ao mercado, o Estado ainda pode mobilizar de outra maneira os recursos culturais e simbólicos para o controle dos desempregados. Sem dúvida, ele só pode organizar diretamente os desempregados em escala muito limitada (serviço militar, frentes de trabalho, reciclagem profissional), mas pode mobilizar os papéis sociais tradicionais a fim de utilizá-los para a finalidade da regulação quantitativa do mercado de trabalho (OFFE, 1984, p. 42).

Baseadas nos índices do desemprego de jovens no Brasil, as ações do PNPE se desenvolveram por meio de duas formas de ação imediatas: a da qualificação profissional e a da inserção mais rápida no mercado de trabalho.

Na primeira linha de ação estão os projetos Consórcios Sociais da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Juventude Cidadã, que tiveram como objetivos primários qualificá-los para depois inseri-los no mercado. Na segunda linha de ação estão as ações de conquista de vagas no mercado formal, com contratações subsidiadas pelo governo ou não, e as ações alternativas, como empreendedorismo, ou ainda, os contratos especiais de trabalho nas linhas de aprendizagem e estágio. Os jovens participantes dos consórcios recebem auxílio de R\$150 mais vale-transporte e auxílio alimentação, tais benefícios eram possíveis se os mesmos mantiverem assiduidade nas oficinas e atingirem um número mínimo de horas de trabalho social na comunidade.

O projeto piloto contemplava o ABC Paulista, Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador. Aos poucos o PNPE foi se desenvolvendo e contemplando outros estados inclusive os da região Nordeste.

Ao analisar o modo como esse programa foi se expandindo os pesquisadores evidenciam alguns problemas tais como a pouca divulgação do Ministério do Trabalho, considerado o principal órgão responsável pela sua divulgação junto as empresas. Outros fatores também representaram obstáculos que impediram a sua continuidade. Entre eles destaca-se o fato de muitas empresas abusarem desses benefícios demitindo a mão de obra adulta e qualificada e substituindo pela mão de obra juvenil. Além disso os

estudos revelam o quanto algumas empresas demonstravam insatisfação, desmotivação e descrença no programa principalmente por muitas vezes demorarem a receber as parcelas correspondentes aos subsídios do governo.

Outros fatores que dificultaram a execução desse programa foi o fato do SINE demorar em média 30 dias para encaminhar os jovens contemplados, acarretando com isso uma demora para a contratação dos jovens.

Além de todos esses elementos o PNPE foi considerado um programa pouco impactante sobretudo por demandar uma grande quantidade de dinheiro público para uma diminuição quase imperceptível de jovens beneficiados. Segundo os dados do IBGE⁵ de Outubro de 2003, época em que o programa foi implantado, o número de jovens tipificados como público-alvo era de 6.310.670, todos residentes em regiões urbanas, sem experiência em trabalhos formais, e provenientes de famílias de baixa renda. Os jovens com as mesmas características, mas na condição de desocupados somavam na época 1.271.103⁶. Em 2004 a meta do programa era de atingir o quantitativo de 80mil jovens atendidos. Esse investimento demandaria do governo um investimento de R\$20 milhões pelas parcelas bimestrais a serem repassadas para as empresas. Esse valor evidencia claramente que o programa era de alto custo e baixo impacto social, uma vez que 80mil jovens não representava uma quantidade significativa para afirmar que o PNPE pudesse minimizar o problema do desemprego juvenil. O alto custo do programa era ainda evidenciado quando calculava-se o valor do investimento caso o PNPE atendesse a todos os mais de 6 milhões de jovens apresentados na pesquisa do IBGE. Nesse caso, o programa necessitaria um investimento exorbitante de R\$9,5 bilhões, revelando assim o quanto era inviável a sua manutenção.

Existem poucos dados e estudos sobre os impactos desse programa no estado da Paraíba. Somente através dos dados disponibilizados no site do Ministério do Trabalho foi possível observar sobre o seu impacto nesse contexto. Nesse sentido a análise desses dados revelaram que no estado da Paraíba apenas quatro indústrias aderiram ao PNPE, beneficiando no total 313 jovens. Entre essas empresas a indústria de calçados São Paulo Alpargatas S/A foi a maior empregadora, contratando cerca de 296 jovens até o final do ano de 2007.

⁵ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas;

⁶ Fonte: Econômica, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 66, junho de 2005.

Mediante as dificuldades já apontadas sobre os fatores que levaram a descontinuidade do PNPE, acredita-se que esse programa não tenha sido aderido pelas empresas na cidade de Sousa estado da Paraíba sobretudo por uma falta de divulgação do setor de fiscalização do Ministério do Trabalho.

De acordo com os dados obtidos nessa pesquisa foi possível verificar que o setor responsável por esse tipo de atividade desenvolvida pelo Ministério do Trabalho está situado na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba e a atuação das sedes situadas nas cidades do interior como a de Sousa, se restringem na maioria das vezes as atividades de contratações e demissões dos trabalhadores. Na realidade durante o processo de pesquisa de campo buscou-se estabelecer um contato com esse setor e a funcionária responsável demonstrou um profundo desconhecimento em relação a esse programa assim como a existência das empresas que aderiram no período de sua existência. Diante desse desconhecimento é possível afirmar a pouca divulgação desse programa na região pode ter representado o principal fator que impediu a adesão das empresas a esse programa nessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa objetivou analisar o impacto do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os Jovens na cidade de Sousa, estado da Paraíba.

Pelo percurso metodológico seguido, comprovamos a hipótese inicialmente elaborada nesse trabalho, que consistia na percepção de que o número de empresas que aderiram ao Plano Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego na cidade de Sousa estado da Paraíba, não ocasionou uma modificação significativa na situação dos jovens que sobrevivem nesse contexto sobretudo por terem sido poucas as que aderiram a esse programa na região durante o período de sua execução.

Os dados obtidos revelaram que os principais fatores que dificultaram a adesão das empresas a esse programa foi a pouca divulgação do Ministério do Trabalho, o abuso de algumas empresas em atuarem substituindo a mão de obra adulta e qualificada pela mão de obra juvenil e o fato dele ser considerado um programa pouco impactante sobretudo por demandar uma grande quantidade de dinheiro público para uma diminuição quase imperceptível do índice de desemprego juvenil que continua presente no contexto brasileiro inclusive nas cidades nordestinas. Diante da permanência do desemprego juvenil nesse contexto é indiscutível a importância da implementação de

novas políticas públicas direcionadas aos jovens que assim como em outros períodos históricos continuam sendo levados a construir formas de sobrevivência em espaços distantes de seus lugares de origem.

Esse fenômeno que continua caracterizando muitas cidades nordestinas revela o quanto estamos distantes da efetivação da sustentabilidade espacial e social almejada nas diversas nações que vem buscando a implementação do desenvolvimento sustentável na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis: Punks, darks no espetáculo urbano**. S.P., Editora Página Aberta, 1994.

_____ e LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005

ADORNO, Sergio. **Ética e violência. Adolescentes, crime e violência**. IN: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes. *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000

_____. **O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo**. Brasília. Ministério da justiça, Secretaria de estado dos direitos humanos, 1999

ALVIN Rosilene & PAIM, Eugênia. **Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos**. IN. ALVIM, Rosilene & GOUVEIA, Patrícia. *Juventude anos 90*. Rio de Janeiro, Contra capa Livraria, 2000

ANDRADE Gladys. **O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens**. Disponível em: WWW.Ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26c.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2012

BERTAUX, D.L. Approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v.69, p. 197-225, 1980

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. IN: ORTIZ, Renato (org) *Bourdieu.- Sociologia*. São Paulo Ática 1983. Coleção grandes Cientistas Sociais, vol 39. p 156-183

BUARQUE, Sergio, C. Et all Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. 4ª edição, Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 42-51

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000

HOBSBAWN, Erick. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003

LEROY, Jean Pierre. ACSELRAD, Henri. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATTNER, Henrrique. Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Edusp, 2000. p 183-210

LIMA, Jacob Carlos e GONDIM Linda M. P. A pesquisa como artesanato intelectual. Considerações sobre método e bom senso. São Carlos: EdUFSCar. 2006

MADEIRA, Felícia Reicher. **A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações - o caso do primeiro emprego.** São Paulo Perspec. vol.18 no.2 São Paulo Apr./June 2004

OLIVEIRA, Carmen Silveira. **Sobrevivendo no inferno.** Porto Alegre: Sulina, 2001

ORLANDI, Eni. P. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos,** Campinas, SP: Pontes, 2007

QUEIROZ, Maria Isaura PerEIRA DE. Relatos Oraís: Do “Indizível” ao “Dizível”. IN Von Simson, O M . **Experimentos com histórias de vida,** São paulo, Vertice, 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. IN: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** Departamento de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de filosofia de São Paulo. V 17 nº 2 (Novembro de 2005)- São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989

SPAGNOL, Antonio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos. IN: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** Departamento de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de filosofia de São Paulo. V 17 nº 2 (Novembro de 2005)- São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **Conselho Tutelar e negociação de conflitos.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.19, n.2, p.286-305, 1998

RIBEIRO, Rosana e JULIANO, Adir A. **Desemprego juvenil e impactos do programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego.** Disponível em: www.uff.br/revistaeconomica/v7n1/rosana.pdf Acesso em : 20 de fevereiro de 2012

SACHS, Hignacy. Pensando sobre o Desenvolvimento na era do meio ambiente. In: _____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 47-60.

SACHS, Hignacy. Et all Dilemas e desafios do **desenvolvimento sustentável no Brasil.** 4ª edição, Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 21-41

SAMPAIO, Inayá Maria e FRANÇA, Robson Luiz de. **O pnpe na política do ministério do trabalho e emprego e a formação do jovem: precarização e captura da subjetividade.** Estudos do Trabalho. Ano III número 5-2009. Revista da RET- Rede de estudos do Trabalho